

PROCEDIMENTO: ADRG 98/2024

Ajuste direto, em regime geral, para aquisição de material de higiene, na modalidade de fornecimento contínuo - Ano 2025

CADERNO DE ENCARGOS

Caderno de encargos

Material de higiene - Ano 2024

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do presente procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de material de higiene (economato), na modalidade de fornecimento contínuo e faseado, consoante as necessidades da entidade adjudicante, dos bens constantes do **Anexo III**, do caderno de encargos, que dele faz parte integrante.

Artigo 2º

Contrato

- 2.1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
- 2.2. O contrato a celebrar integrará os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 2.3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 2.4. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no n.º 2.2. e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CPP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Artigo 3º

Prazo de Execução Contratual

O fornecimento a realizar no âmbito do presente contrato, vigorará para os consumos durante o ano de 2025.

CAPITULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Artigo 4º

Obrigações principais

4.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta, de acordo com as características, requisitos e especificações técnicas constantes do **Anexo III** do presente caderno de encargos;
- b) Cumprimento do prazo de entrega identificado na proposta adjudicada, o qual não poderá ser superior a 5 dias úteis, após a receção dos pedidos de fornecimento;
- c) Efetuar as entregas mediante requisição do Município de Albergaria-a-Velha;
- d) Obrigação de não alterar as condições de fornecimento do bem contratado;
- e) Obrigação de garantia da qualidade dos bens;
- f) Obrigação de assegurar a continuidade do fornecimento dos bens objeto do contrato pelo prazo estipulado para a vigência do mesmo;
- g) Obrigação de comunicar qualquer fato que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- h) Obrigação de comunicar antecipadamente ao Município de Albergaria-a-Velha os fatos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos produtos, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações.

4.2. As quantidades de consumo estabelecidas para cada artigo do **Anexo III**, a fornecer durante o ano de 2025, deve ser considerada como um mero indicador de previsão, podendo

eventualmente ser reduzidas ou ampliadas face às necessidades ou conveniência dos serviços, até ao limite estipulado proposto.

4.3. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Artigo 5º

Trabalhadores afetos à execução do contrato

O prestador de serviços obriga-se ao cumprimento do artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos (aplicável aos contratos de aquisição de serviços, por força do n.º 2 do artigo 451.º do mesmo diploma), isto é:

- a) Os trabalhadores afetos a concessões cujo prazo seja superior a um ano prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.
- b) Os trabalhadores afetos a concessões cujo prazo seja igual ou inferior a um ano podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período não inferior ao prazo da concessão.
- c) O disposto na alínea a) não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
- d) O disposto nas alíneas a) e b) não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da concessão.

Artigo 6º

Conformidade e operacionalidade dos bens

6.1. O fornecedor obriga-se-á a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **Anexo III** do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

6.2. Os bens objeto do contrato deverão ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

6.3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspectos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

6.4. O fornecedor será responsável perante o Município de Albergaria-a-Velha por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que exista no momento em que os bens lhe são entregues.

Artigo 7º

Entrega dos bens objeto do contrato

7.1. O fornecimento dos bens deverá ser efetuado consoante as necessidades da entidade adjudicante, sendo estas formalizadas através de requisições externas.

7.2. Os locais de fornecimento poderão ser os seguintes:

Local	Morada
Município de Albergaria-a-Velha	Praça Comendador Ferreira Tavares 3850-053 Albergaria-a-Velha <u>Entrega do material no gabinete situado no 1º andar com acesso por elevador e escadas</u>
Armazéns Municipais	Estrada Nacional, n.º 16 - 2 Vale da Grama - Alto de Assilho 3850-226 Albergaria-a-Velha
Centro Coordenador de Transportes	R. Dr. José H. Albuquerque 3850-000 Albergaria-A-Velha
Pavilhão Municipal	Rua Bento Álvares Ferreira 3850-016 Albergaria-a-Velha
Incubadora de Empresas	R. Américo Martins Pereira 3850-837 Albergaria-a-Velha
Biblioteca Municipal - Boa Vista	Praça Dona Teresa 7 3850-137 Albergaria-a-Velha
Cine Teatro Alba	Alameda 5 de outubro 3850-053 Albergaria-a-Velha
Escola Secundária de Albergaria-a-Velha	Rua Américo Martins Pereira 3850-837 Alb-a-Velha
Escola Básica de Albergaria-a-Velha	Rua Américo Martins Pereira 3850-837 Alb-a-Velha
Escola Básica de São João de Loure	Rua do Agro - EN230/2 3850-772 São João de Loure
Escola Básica da Branca (Escola Sede)	Rua do Barro Branco n.º 2 3850-564 Branca Apartado 46, 3850-908 Branca

7.3. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorrerá a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o fornecedor.

7.4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Artigo 8º

Dever de sigilo

8.1. O fornecedor e os seus trabalhadores e colaboradores devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Albergaria-a-Velha, a que tenham acesso ou conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, não podendo transmiti-las a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

8.2. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este esteja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

8.3. O fornecedor obriga-se a cumprir, a todo o momento, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, designadamente, quanto à proibição de divulgação, armazenamento, quanto ao tratamento dos dados decorrentes da execução do contrato, etc., com o intuito de proteger a informação dos titulares dos dados objeto do dever de sigilo.

Artigo 9º

Tratamento de dados pessoais pelo adjudicatário por conta do adjudicante

9.1. Sempre que, na execução do contrato visado pelo presente caderno de encargos, e até ao seu termo, o adjudicatário venha a tratar dados pessoais em nome do adjudicante, quando este seja responsável pelo respetivo tratamento, aquele será havido para todos os efeitos como subcontratante, obrigando-se a apenas tratar as categorias de dados e com os meios e objetivos previstos no presente caderno, de acordo com o estabelecido no Regulamento (UE) 2016/679 de 27 de abril (RGPD), designadamente nos seus artºs. 24º e seguintes, e em especial no artº. 28, no que respeita à segurança, à privacidade e a todos os outros aspetos aí

regulados, assegurando garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma que o tratamento satisfaça os requisitos do regulamento e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados.

9.2. O adjudicatário só agirá, no que a esse tratamento de dados pessoais diz respeito, de acordo com as instruções escritas dadas pelo adjudicante, incluindo no que se refere ao envio para Terceiros e a prazos de conservação dos dados pessoais.

9.3. O adjudicatário, fica obrigado a:

- a) fornecer ao adjudicante, sempre que solicitado, os detalhes relacionados com as medidas adotadas no sentido de cumprir com as suas obrigações no Tratamento de Dados e do referido Regulamento Europeu;
- b) a assegurar que as pessoas por si autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade e/ou se encontram sujeitas às obrigações legais de confidencialidade adequadas;
- c) a prestar assistência ao adjudicante, por todos os meios adequados a assegurar o cumprimento das disposições relativas aos direitos do titular dos dados;
- d) a apagar todos os dados pessoais ou devolvê-los ao adjudicante, consoante a escolha deste, depois de concluir os serviços de tratamento de dados, e apagar as cópias existentes, a menos que a sua conservação seja exigida por Lei;
- e) a Disponibilizar ao adjudicante todas as informações necessárias à demonstração do cumprimento do referido regulamento;
- f) a, na contratação de outros subcontratantes, assegurar o cumprimento dos termos deste caderno, quanto ao tratamento de dados, também por esses subcontratantes;
- g) sujeitar-se e colaborar nas auditorias que o adjudicante entenda levar a cabo na organização de dados do adjudicatário, por si, ou interposta entidade, tendo por objeto apurar do cumprimento do estabelecido neste caderno, no dito regulamento e em toda a legislação aplicável.

9.4. Depois de concluída a prestação de serviços o adjudicante deverá transmitir ao adjudicatário a totalidade dos dados gerados por meio que assegure a segurança dos mesmos, nomeadamente por recurso a cifra. Os dados transmitidos deverão estar em formato aberto.

9.5. Sempre que um titular de dados pessoais submeta ao adjudicatário um pedido para exercer o direito de acesso, retificação, apagamento, limitação ou portabilidade, respetivamente previstos nos artº. 15º, 16º, 17º, 18º e 20º do RGPD, o adjudicante

reencaminhá-los-á de imediato para o adjudicatário, que dará seguimento à satisfação do direito exercido. O adjudicatário notificará o titular dos dados pessoais, deste reencaminhamento.

9.6. O adjudicante poderá transmitir instruções documentadas relativas ao tratamento de dados, no estrito cumprimento do âmbito da execução do contrato.

9.7. Em tudo o mais aqui não expressamente previsto quanto ao tratamento de dados pessoais, e tratamento deles por conta de outrem, aplicar-se-ão as regras supletivas do referido regulamento europeu e da legislação nacional atinente.

Artigo 10º

Encargos Gerais

10.1. Todas as despesas ou encargos em que o fornecedor tenha que incorrer para o cumprimento de obrigações emergentes no âmbito da execução do presente contrato, são da sua exclusiva responsabilidade e não podem ser reclamados à entidade adjudicante, a menos que outro regime decorra da lei ou do contrato.

10.2. Constitui, nomeadamente, responsabilidade do fornecedor o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato em Portugal ou nos territórios do país ou países do fornecedor, dos seus subcontratados ou de passagem em transporte.

10.3. O disposto no número anterior aplica-se ainda à obtenção de quaisquer autorizações, licenças e ao pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o fornecedor no âmbito do presente contrato.

10.4. São da responsabilidade do fornecedor quaisquer despesas resultantes da prestação das garantias de bom e pontual cumprimento do contrato.

Secção II

Obrigações do Município de Albergaria-a-Velha

Artigo 11º

Preço contratual

11.1. Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Albergaria-a-Velha deve pagar, ao fornecedor, os bens efetivamente entregues, nos termos das especificações técnicas do **Anexo III do caderno de encargos**, o preço constante da proposta adjudicada, não podendo o mesmo exceder o montante de **14.700,00€** (parâmetro base do preço contratual), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

11.2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Albergaria-a-Velha, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Artigo 12º

Revisão/Atualização de preços

Os preços constantes da proposta adjudicada não são revistos durante a vigência do contrato.

Artigo 13º

Condições de Pagamento

13.1. O pagamento será efetuado no prazo 30 dias, após a entrega da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação a que se refere.

13.2. Em caso de discordância por parte do Município de Albergaria-a-Velha, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de novo documento corrigido.

CAPITULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Artigo 14º

Penalidades contratuais

14.1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, com exceção de casos fortuitos e de força maior, o Município de Albergaria-a-Velha pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, até ao limite de 5% do valor do contrato.

14.2. Em caso de resolução do contrato, por incumprimento do fornecedor, o Município de Albergaria-a-Velha pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao limite de 10% do valor do contrato.

14.3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Albergaria-a-Velha tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

14.4. O Município de Albergaria-a-Velha pode reter os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas pelo fornecedor, nos termos do presente artigo.

14.5. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o Município de Albergaria-a-Velha exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 15º

Casos fortuitos ou de força maior

15.1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

15.2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

15.3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

15.4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

15.5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 16º

Resolução por parte do contraente público

16.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do fornecedor violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, em especial:

- a) Se os bens fornecidos não corresponderem às características e especificações técnicas estabelecidas neste Caderno de Encargos;
- b) Não fornecimento dos bens;

- c) Atraso total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a cinco dias úteis ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.

16.2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor.

16.3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao município, nos termos gerais de direito.

Artigo 17º

Resolução por parte do prestador de serviços

17.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando o montante que lhe seja devido não lhe seja pago.

17.2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos do artigo 14º.

CAPITULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 18º

Resolução de litígios

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, ou o que lhe vier a suceder nessa competência, renunciando o adjudicatário, ao foro de qualquer outra Comarca.

Artigo 19º

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 20º

Comunicações e notificações

20.1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

20.2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Artigo 21º

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Artigo 22º

Legislação aplicável

Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação aplicável, designadamente o Código do Procedimento Administrativo.

Paços do Município de Albergaria-a-Velha,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

António Loureiro

Anexo III

Especificações técnicas

1 – O contrato a celebrar prevê o fornecimento, em regime de fornecimento contínuo, dos bem identificados na tabela infra.

2 – O Município de Albergaria-a-Velha não garante que sejam adquiridas todas as quantidades indicadas, sendo estas consideradas como meros indicadores de previsão, baseados no histórico da atividade municipal e nas estimativas fornecidas pelos agrupamentos de escolas de Albergaria-a-Velha e Branca.

3 – No âmbito do presente caderno de encargos, as características dos bens a fornecer terão de cumprir as especificações técnicas previstas na legislação em vigor.

4 – A aquisição de bens inclui obrigatoriamente os serviços de carga, transporte e descarga no local e períodos referidos da cláusula 7ª, bem como todos os gastos respetivos associados

Produtos de higiene	Unid. Med.	Total
Papel Higiénico Jumbo (folha dupla) com 12 rolos com aprox. 180 mts	Emb.	300
Papel Higiénico Jumbo folha dupla pampilar - Bem. 9 rolos com aprox. 300 mts	Emb.	50
Papel higiénico doméstico strong - Emb. 40 rolos de 50 metros	Emb.	130
Papel Higiénico Doméstico folha dupla com cerca de 108 rolos com aprox. 13 mts	Emb.	18
TM Toalha Mãos Lucart (Cx 15 maços x 190 Folhas) 2850 Un	Emb.	597
Sabonete líquido (Gel de mãos Morango Emb. 5 lts	Emb.	148
TM Rolo Zeta / Espiral Eco S1 95 Mentros x 6 Rolos	Emb.	200
Toalhetes de Balcao 30x42 500 Un	Emb.	20
Guardanapos Folha Simples 33*33 30X70 un	Emb.	20